Coordenação de Licitações e Contratos

PARECER JURÍDICO s/n° - 2016	
Interessado	Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca
Assunto	Contrato nº 01-230316/2-SEDAP - Carta Convite nº 2/20161403-01-PMM-C-SEDAP
Objeto	Aquisição de pescado congelado para a Feira do Pescado na Semana Santa.
Apoio Jurídico	Sebastião Maia – OAB 3171
Data	22 de março de 2016

LICITAÇÃO. CARTA CONVITE. AQUISI-ÇÃO DE PESCADO CONGELADO PARA A FEIRA DO PESCADO NA SEMANA SAN-TA. ASSINATURA DE CONTRATO.

Uma vez constada a vantajosidade da aquisição, aliada ao desejo motivado da Administração, não se verificam óbices à assinatura do contrato final no prazo fixado.

RELATÓRIO

- 01. Trata-se da análise do processo licitatório consubstanciado pela Carta Convite nº 2/20161403-01-PMM-C-SEDAP.
- 02. O objeto do certame é a aquisição de pescado congelado para a Feira do Pescado na Semana Santa, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca.
- 03. Consta dos autorização da autoridade competente para a abertura do procedimento licitatório na conformidade da Lei.
- 04. A motivação administrativa, junto com a pesquisa de preços, encontra-se acostadas nos autos.
- 05. Foi juntado, ainda, declaração de existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas do contrato dentro do exercício financeiro de 2016.
- 06. Parecer jurídico recomendando a abertura do procedimento licitatório na modalidade Carta Convite, em vista do valor médio global da despesa orçada em R\$ 24.972,00.
- 07. É o necessário a relatar. Em seguida, exara-se o opinativo.

FUNDAMENTAÇÃO Análise Jurídica

08. O exame do contrato oriundo desta Carta Convite se dá por força dos termos do art. 38, VI, da Lei nº 8666, de 21/06/1993, ao estabelecer que "o procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu

objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade", subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de competência institucional deste Órgão.

- 09. Sublinhe-se que já consta apreciação legal quanto à abertura do procedimento licitatório, bem assim, manifestação jurídica relativamente ao ato convocatório e minuta contratual, não importando em análise das fases já superadas do processo, por terem sido à época objeto de apreciação da respectiva Assessoria Jurídica no parecer, baseado nas regras ditadas pelo parágrafo único, do art. 38, da Lei 8.666/1993, prescrito no sentido de que "as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".
- 10. Sendo certo o cumprimento das etapas previstas na lei acima citada.
- 11. Por conseguinte, uma vez que se trata de contratação de empresa especializada em fornecimento de pescado congelado, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca, não se vislumbram óbices jurídicos à efetivação do respectivo contrato com a licitante Conexão Comércio e Serviços Ltda-ME, vencedora do certame, nos termos do Termo de Homologação e Adjudicação.
- 12. Sendo imprescindível que haja publicação do Instrumento no Diário Oficial do Estado e/ou da União-DOU, se for o caso.

CONCLUSÃO

- 13. Diante do exposto, resta **possível e viável** a assinatura do termo contratual, para que se cumpra o objetivo da licitação, no prazo assinado pelo Edital.
- 14. É o parecer, ora submetido à douta apreciação superior.

Marituba, 22 de março de 2016.